

**FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO
E
HUMBERTO HORTA**

**RELATÓRIO E CONTAS
EXERCÍCIO DE 2019**

RELATÓRIO DE GESTÃO RESPEITANTE AO ANO DE 2019

Pela presente, submete-se ao Conselho de Administração o relatório de gestão respeitante ao ano de 2019

1 - Registou-se um aumento no volume de negócios.

A facturação subiu cerca de 11,64% (pelo facto de estarem mais utentes nos Lares, e aumento da venda de leite).

2 - Dos investimentos realizados salientam-se os valores gastos no lar Sagrada Família, aplicados em medidas de maior conforto para os utentes, e construção de um Templo Religioso.

3 - Quanto a custos e proveitos contínuos, seguiu-se as políticas contabilísticas preconizadas pelo SNC das IPSS. Julgamos, que o balanço e a demonstração de resultados o justificam claramente, os quais nos permitem uma análise objectiva quer do activo, quer do passivo.

4 - Após o termo do exercício não há factos relevantes a assinalar.

5 - Pela análise da demonstração de resultados verifica-se que o Resultado Líquido do exercício foi negativo em € 39.813,20 (comparativamente com o ano anterior é de salientar a descida na rubrica “Gastos de Depreciação e de Amortização”, e um aumento na rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” - **donativos**.

6 - Quanto à evolução previsível da Fundação, espera-se que o incremento das diversas actividades onde a instituição se encontra inserida, seja o previsto com vista à melhoria das condições de mercado e que traduza um valor acrescentado.

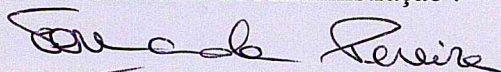
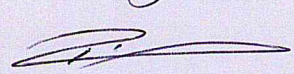
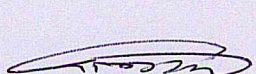
Medidas de modernização do nosso sistema foram introduzidas de forma a estarmos devidamente preparados para responder às exigências crescentes que se preveem. Desta maneira espera-se que a Fundação possa eficientemente acompanhar a expansão previsível da sua actividade - Lar Sagrada Família, onde está projectada a ampliação do mesmo e construção de “Residências Senior”; possibilidade de reabertura da creche e escola do 1º ciclo e refeitório comunitário, logo que os aspectos burocráticos sejam ultrapassados.

7 - Quanto à evolução dos fundos patrimoniais, estes registaram uma descida de 0,64%, justificada pela diminuição na rubrica “Resultados Transitados”, e pelo “Resultado Líquido do Período” negativo.

8 - A Fundação apresenta no exercício de 2019 um prejuízo de € 39.813,20, o qual propomos a transferência para Resultados Transitados.

31 de Julho de 2020

O Conselho de Administração :


Fernando Nogueira
 

MAPAS DE GESTÃO

FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA
Relatório e Contas 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

COD	RÚBRICAS	Unid.:Euros							
		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2019		VARIAÇÃO	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	VENDAS	81 872,63	9,0%	101 802,50	10,3%	178 155,26	16,2%	76 352,76	75,0%
72	PRESTAÇÃO SERVIÇOS	829 575,66	91,0%	885 048,06	89,7%	923 599,51	83,8%	38 551,45	4,4%
73	VARIAÇÃO PRODUÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-
74	TRAB.P/ PRÓPRIA ENTIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUBTOTAL I (71+72+73+74)	911 448,29	100,0%	986 850,56	100,0%	1 101 754,77	100,0%	114 904,21	11,6%
61	C.M.V. e M.C.	171 351,09	18,8%	209 942,98	21,3%	262 375,64	23,8%	52 432,66	25,0%
	MARGEM BRUTA	740 097,20	81,2%	776 907,58	78,7%	839 379,13	76,2%	62 471,55	8,0%
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	15 859,37	1,7%	13 941,00	1,4%	13 854,31	1,3%	-86,69	-0,6%
76	REVERSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-
77	GANHOS P/ AUMENTOS JUSTO VALOR	18 449,48	2,0%	10 462,86	1,1%	13 080,91	1,2%	2 618,05	25,0%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	104 273,23	11,4%	66 660,69	6,8%	86 122,48	7,8%	19 461,79	29,2%
	SUBTOTAL II (75+76+77+78)	138 582,08	100,1%	91 064,55	9,2%	113 057,70	10,3%	21 993,15	24,2%
	PROVEITOS OPERACIONAIS (I + II)	1 050 030,37	115,2%	1 077 915,11	109,2%	1 214 812,47	110,3%	136 897,36	12,7%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	305 078,61	33,5%	308 232,34	31,2%	355 998,99	32,3%	47 766,65	15,5%
63	GASTOS COM PESSOAL	421 963,30	46,3%	441 925,80	44,8%	488 414,74	44,3%	46 488,94	10,5%
65	PERDAS POR IMPARIDADE	9 720,00	1,1%	9 720,00	1,0%	9 720,00	0,9%	-	-
66	PERDAS POR REDUÇÃO JUSTO VALOR	-	-	-	-	-	-	-	-
67	PROVISÕES DO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	11 689,02	1,3%	17 712,09	1,8%	17 097,83	1,6%	-614,26	-3,5%
	SUBTOTAL III (GASTOS OPERACIONAIS ;61+62+63+66+67+68)	919 802,02	100,9%	987 533,21	100,1%	1 133 607,20	102,9%	146 073,99	14,8%
	RESULTADO ANTES DEPRECIAÇÕES E JUROS [EBITDA] I+II-III	130 228,35	14,3%	90 381,90	9,2%	81 205,27	7,4%	-9 176,63	-10,2%
64	GASTOS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	140 629,10	15,4%	152 757,48	15,5%	121 747,21	11,1%	-31 010,27	-20,3%
	RESULTADOS ANTES JUROS E IMPOSTOS [EBIT;RO]	-10 400,75	-1,1%	-62 375,58	-6,3%	-40 541,94	-3,7%	21 833,64	-35,0%
79	JUROS, DIVIDENDOS E O. RENDIMENTOS SIMILARES	4 095,49	0,4%	3 357,41	0,3%	3 202,52	0,3%	-154,89	-4,6%
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1 235,40	0,1%	1 959,86	0,2%	2 473,78	0,2%	513,92	26,2%
	RESULTADOS ANTES IMPOSTOS [RAI]	-7 540,66	-0,8%	-60 978,03	-6,2%	-39 813,20	-3,6%	21 164,83	-34,7%
812	IMPOSTO S/ RENDIMENTO PERÍODO	-	-	-	-	-	-	-	-
88	RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO	-7 540,66	-0,8%	-60 978,03	-6,2%	-39 813,20	-3,6%	21 164,83	-34,7%
CASH-FLOW (RL+IMPARIDADES+DEPRECIAÇÕES+PROVISÕES)		142 808,44		101 499,45		91 654,01		-9 845,44	-10,7%

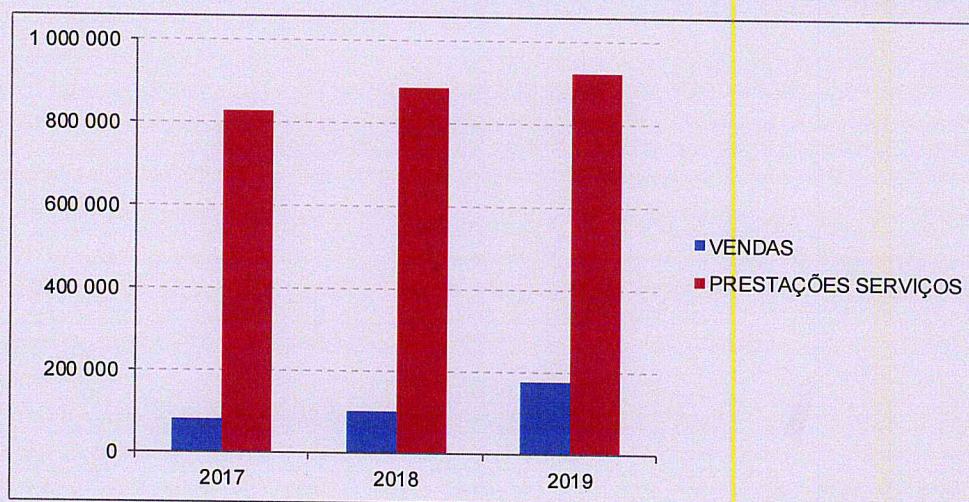
MAPA DE INDICADORES

INDICADORES	FÓRMULAS	2017	2018	2019	VARIAÇÃO (%)
1.FINANCEIROS					
1.1.Fundo de maneo	Cap. permanentes - Investimentos Líquido	1 443 134	1 291 722	931 959	-27,9%
1.2.Necessidades cíclicas [a]		1 884 438	1 940 448	1 817 758	-6,3%
1.3.Recursos cíclicos [b]		148 431	296 405	236 169	-20,3%
1.4.Necessidades fundo maneo	Necessidades cíclicas - Recursos Cíclicos	1 736 007	1 644 044	1 581 590	-3,8%
1.5.Tesouraria (v.absoluto)	Fundo maneo - Nec. fundo maneo	-292 873	-352 322	-649 631	84,4%
1.7.Relção tesouraria	Fundo maneo / nec. fundo maneo	0,83	0,79	0,59	-25,0%
1.8.Liquidez geral	Activo circul. / Déb. c/p	4,29	2,96	2,10	-29,0%
1.9.Liquidez reduzida	(Activo circul. - Exist.) / Deb. c/p	4,25	2,85	2,05	-28,1%
1.10.Capacidade de endividamento	Cap. próprios / cap. Permanentes	0,96	0,95	1,00	5,6%
1.11.Cobertura dos Investimentos	Cap. perman. / Invest. Líquido	1,28	1,25	1,18	-5,4%
1.12.Autonomia financeira	Capitais próprios / Activo total	0,90	0,86	0,88	2,2%
1.13.Solvabilidade	Capitais próprios / Passivo Exigível	8,85	6,13	7,25	18,2%
2.ECONÓMICOS					
2.1.Rentab. activo total	(Result.líq. + Enc.financ.) / Activo líq.	-0,1%	-0,9%	-0,6%	-30,9%
2.2.Rentab. cap. Próprios	Result. líq. / Cap. Próprios	-0,1%	-1,0%	-0,6%	-34,3%
2.3.Margem bruta	(CMVMC)/(Vendas+v.prod.) -1	81,2%	78,7%	76,2%	-3,2%
2.4.Rentabilidade vendas	Result. líq. / Vendas	-9,2%	-59,9%	-22,3%	-62,7%
2.5.Cash-flow / Vendas	(R. líq. + depre + amort. + prov.) / Vendas	174,4%	99,7%	51,4%	-48,4%
3.FUNCIONAMENTO OU ROTAÇÃO					
3.1.Prazo médio recebimentos	Clientes / (Vendas+Prest.Serviços) X 365	32,1	25,7	31,1	20,8%
3.2.Prazo médio pagamentos	Fornecedores / (Compras+FSE) X 365	58,4	105,5	61,4	-41,8%
3.3.Rotação stock mercadorias					
3.3.1.Rotações	Custo merc vend. / stock médio	0,0	0,1	0,4	299,7%
3.3.2.Prazo méd. amaz.	365 / Rotações	7961,0	3271,4	818,6	-75,0%
4.OUTROS					
VAB		571 306	554 940	589 395	6,2%
Produtividade trabalho	V.A.B. / Efectivo médio	5713,1	5549,4	5894,0	6,2%
Produtividade equipam.	V.A.B./Activos tangíveis	0,1	0,1	0,1	6,8%
Autofinanciamento bruto	R. líq. + depre e amort. + impar + red. just val + prov.	142 808	101 499	91 654	-9,7%
Meios libertos totais	Autofinanc. bruto + enc. Financ.	144 027	103 459	94 128	-9,0%
Encargos Financeiros/Volume Negócios	Gastos e perdas Financeiras/Vendas+Prest.Serviços	0,00	0,00	0,00	13,1%
Grau Depreciação Activos Tangíveis	Depreciações Acumuladas/Acti. Tangível Bruto	0,01	0,01	0,01	1,4%

VENDAS; PRESTAÇÃO SERVIÇOS

Unid.: €

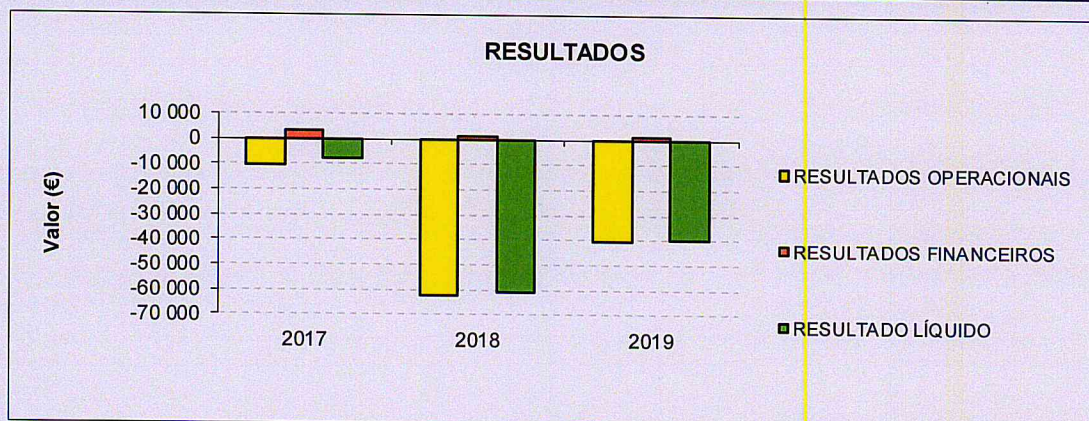
Rúbricas	Anos	2017	2018	2019	VARIAÇÃO 18/19	
					valor	%
VENDAS		81 872,63	101 802,50	178 155,26	76 352,76	75,0%
PRESTAÇÕES SERVIÇOS		829 575,66	885 048,06	923 599,51	38 551,45	4,4%



RESULTADOS

Unid.: €

Rúbricas	Anos	2017	2018	2019	VARIAÇÃO 18/19	
					valor	%
RESULTADOS OPERACIONAIS		-10 400,75	-62 375,58	-40 541,94	21 833,64	-35,0%
RESULTADOS FINANCEIROS		2 860,09	1 397,55	728,74	-668,81	-47,9%
RESULTADO LÍQUIDO		-7 540,66	-60 978,03	-39 813,20	21 164,83	-34,7%



INDICADORES FINANCEIROS

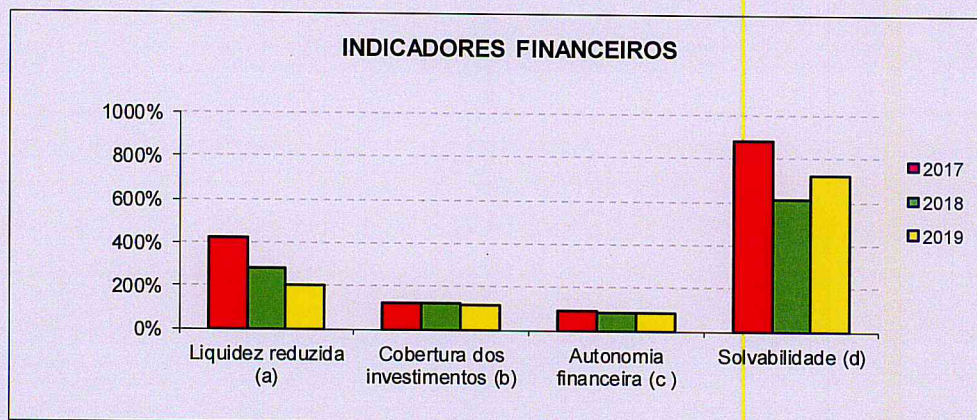
Rúbricas	Anos			Var.18/19
	2017	2018	2019	%
Liquidez reduzida (a)	424,9%	285,4%	205,1%	-28,1%
Cobertura dos investimentos (b)	128,4%	124,6%	117,9%	-5,4%
Autonomia financeira (c)	89,8%	86,0%	87,9%	2,2%
Solvabilidade (d)	884,5%	613,4%	724,9%	18,2%

(a) = activo circulante / débitos c/ prazo

(c) = capitais próprios / activo total

(b) = capitais permanentes / invest. líquido

(d) = capitais próprios / passivo exigível



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019.....	9
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2019.....	10
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2019	11
• Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais Individuais em 31 de Dezembro de 2019.....	12
• Anexo	

RELATÓRIO DE GESTÃO RESPEITANTE AO ANO DE 2019 2

1. Identificação da entidade.....	13
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	13
3. Principais políticas contabilísticas.....	14
4. Ativos fixos tangíveis.....	17
5. Ativos intangíveis	18
6. Outros ativos financeiros.....	18
7. Inventários.....	19
8. Créditos a receber.....	19
9. Estado e outros entes públicos	20
10. Diferimentos	20
11. Outros ativos correntes.....	20
12. Caixa e depósitos bancários	21
13. Outras reservas.....	21
14. Resultados transitados.....	21
15. Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	21
16. Financiamentos obtidos.....	21
17. Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes	22
18. Fornecedores.....	22
19. Vendas e prestações de serviços.....	22
20. Subsídios à exploração	22
21. Custo das vendas.....	23
22. Fornecimentos e serviços externos.....	23
23. Gastos com o pessoal	23
24. Outros rendimentos.....	23
25. Outros gastos.....	24
26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24
27. Aumento /redução de justo valor.....	24
28. Resultados financeiros	24
29. Eventos subsequentes.....	25
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	26

FUNDAÇÃO MARIA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.19	31.Dez.2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixos tangíveis	4	5 208 710,24	5 236 790,22
Ativo intangíveis	5	-	-
Outros créditos e ativos não correntes	6	4 253,30	4 592,87
Total dos Ativos Não Correntes		5 212 963,54	5 241 383,09
Activo corrente			
Inventários	7	41 217,68	68 389,59
Créditos a receber	8	164 484,88	163 841,09
Estado e outros entes públicos	9	23 203,93	32 680,40
Diferimentos	10	3 173,76	3 639,18
Outros ativos correntes	11	1 352 532,52	1 515 078,35
Caixa e depósitos bancários	12	195 062,87	168 017,80
Total dos Ativos Correntes		1 779 675,64	1 951 646,41
		6 992 639,18	7 193 029,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	13	6 106 770,92	6 106 770,92
Resultados transitados	14	77 964,54	138 942,57
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	15	-	-
		6 184 735,46	6 245 713,49
Resultado líquido do exercício		-39 813,20	-60 978,03
Total dos Fundos patrimoniais		6 144 922,26	6 184 735,46
Passivo Não Corrente			
Financiamentos obtidos		-	348 369,66
Outras dívidas a pagar		-	-
Total dos Passivos Não Correntes		-	348 369,66
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	99 469,08	164 349,75
Estado e outros entes públicos	9	16 969,01	14 660,64
Financiamentos obtidos	16	493 017,93	217 568,01
Outros passivos correntes	20	238 260,90	263 345,98
Total dos Passivos Correntes		847 716,92	659 924,38
Total do Passivo		847 716,92	1 008 294,04
Total do Capital Próprio e Passivo		6 992 639,18	7 193 029,50

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Fonseca

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Severino de Oliveira
Severino de Oliveira
Severino de Oliveira

FUNDAÇÃO MARIA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA

**Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31. Dez.19	31. Dez.18
Vendas e serviços prestados	19	1 101 754,77	986 850,56
Subsídios, doações e legados à exploração	20	13 854,31	13 941,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	-262 375,64	-209 942,98
Fornecimentos e serviços externos	22	-355 998,99	-308 232,34
Gastos com o pessoal	23	-488 414,74	-441 925,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-9 720,00	-9 720,00
Aumentos/reduções de justo valor	27	13 080,91	10 462,86
Outros rendimentos	24	86 122,48	66 660,69
Outros gastos	25	-17 097,83	-17 712,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		81 205,27	90 381,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-121 747,21	-152 757,48
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-40 541,94	-62 375,58
Juros e rendimentos similares obtidos		3 202,52	3 357,41
Juros e gastos similares suportados	28	-2 473,78	-1 959,86
Resultado antes de impostos		-39 813,20	-60 978,03
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		-39 813,20	-60 978,03

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Fonseca

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Mota Cordeiro de Azevedo
R. Mota

Fundação Maria da Conceição e Humberto Horta

Demonstração individual de fluxos de caixa
(Valores expressos em euros)

	31.dez.2019	31.dez.2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	1 067 124,92	996 503,06
Pagamentos a fornecedores	-628 877,03	-488 271,04
Pagamentos ao pessoal	-482 147,36	-440 855,37
Caixa gerada pelas operações	-43 899,47	67 376,65
Pagamento/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos/pagamentos	59 957,54	69 032,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	16 058,07	136 408,71
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-87 138,31	-292 610,00
Activos intangíveis	-	-
Propriedades de investimento	-	-1 479,71
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	339,57	-
Outros activos	7 430,91	5 652,86
Subsídios ao Investimento	-	-10,65
Juros e rendimentos similares	3 202,52	3 357,41
Dividendos	-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-76 165,31	-285 090,09
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	105 010,28	187 549,96
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-177 930,02	-
Juros e gastos similares	-2 473,78	-1 959,86
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-75 393,52	185 590,10
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-135 500,76	36 908,72
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 683 096,15	1 646 187,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 547 595,39	1 683 096,15

CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Fonseca

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando de Sousa
Fernando de Sousa
Fernando de Sousa

FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA
Relatório e Contas 2019

Demonstração das Alterações no Fundo Patrimonial - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no Início do Período 2019		-	-	6 106 770,92	138 942,57	-	-	-60 978,03	6 184 735,46
Alterações no período									
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realização do excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-60 978,03	-	-	60 978,03	-
2		-	-	-	-60 978,03	-	-	60 978,03	-
3	Resultado Líquido do Período							-39 813,20	-39 813,20
Resultado Integral								21 164,83	-39 813,20
Operações com detentores de capital próprio									
	Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2019		-	-	6 106 770,92	77 964,54	-	-	-39 813,20	6 144 922,26
= 1 + 2 + 3 + 5									

CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Fonseca

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carla Fonseca
Presidente do Conselho de Administração

FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade

A FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA é uma fundação de solidariedade social, sem fins lucrativos de carácter religioso, criada por iniciativa de Maria da Conceição Mendes Horta e Humberto Rodrigues Lopes Horta, designados de fundadores, com sede em Casal Garcia Mogo, freguesia de Salvador, concelho de Torres Novas.

A fundação tem por objetivos promover e melhorar a condição de vida dos idosos e das crianças que são desprezadas e maltratadas pelos pais e pela sociedade, dignificar a atividade dos educadores através de iniciativas culturais, profissionais, sociais e religiosas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2019, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

b) Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos bens do património histórico, artista e cultural que não são objeto de depreciação, são apresentados no Balanço pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidades acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros activos fixos tangíveis	3-6

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2001, inclusive, e cinco anos a partir de 2002), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Crédito a Receber (Clientes/Utentes e outros valores a receber)

As contas de “Clientes/Utentes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2018 e de 2019 foi o seguinte:

31/12/2019						
	Saldo em 31/dez/18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/dez/19
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	852 714,14	-				852 714,14
Edifícios e outras construções	4 945 290,30	50 732,50	-	-	-	4 996 022,80
Equipamento básico	172 524,36	-	-	-	-	172 524,36
Equipamento de transporte	253 034,52	-	-1 000,00	-	-	252 034,52
Equipamento biológico	32 345,00	-	-580,00	-	-	31 765,00
Equipamento administrativo	38 117,00	984,00	-	-	-	39 101,00
Outros ativos fixos tangíveis	313 778,10	-	-	-	-	313 778,10
Investimentos em curso	298 754,89	39 787,40	-	-	-	338 542,29
	6 906 558,31	91 503,90	-1 580,00	-	-	6 996 482,21
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	988 240,04	99 411,93	-	-	-	1 087 651,97
Equipamento básico	159 122,86	3 584,77	-	-	-	162 707,63
Equipamento de transporte	192 232,67	7 685,98	-	-	-	199 918,65
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	36 088,23	196,80	-	-	-	36 285,03
Outros ativos fixos tangíveis	294 084,29	7 124,40	-	-	-	301 208,69
	1 669 768,09	118 003,88	-	-	-	1 787 771,97
31/12/2018						
	Saldo em 31/dez/17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/dez/18
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	852 714,14	-				852 714,14
Edifícios e outras construções	4 945 290,30	-	-	-	-	4 945 290,30
Equipamento básico	172 524,36	-	-	-	-	172 524,36
Equipamento de transporte	183 546,67	69 487,85	-	-	-	253 034,52
Equipamento biológico	21 710,00	10 635,00	-	-	-	32 345,00
Equipamento administrativo	38 117,00	-	-	-	-	38 117,00
Outros ativos fixos tangíveis	278 533,10	35 245,00	-	-	-	313 778,10
Investimentos em curso	112 969,62	185 785,27	-	-	-	298 754,89
	6 605 405,19	301 153,12	-	-	-	6 906 558,31
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	887 352,40	100 887,64	-	-	-	988 240,04
Equipamento básico	155 538,09	3 584,77	-	-	-	159 122,86
Equipamento de transporte	183 186,69	9 045,98	-	-	-	192 232,67
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	36 088,23	-	-	-	-	36 088,23
Outros ativos fixos tangíveis	258 669,88	35 414,41	-	-	-	294 084,29
	1 520 835,29	148 932,80	-	-	-	1 669 768,09

5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

31/12/2019						
	Saldo em 31/dez/18	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31/dez/19
Bens do Dominio Público	-	-	-	-	-	-
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	17 058,85	-	-	-	-	17 058,85
Programas Computador	1 538,40	-	-	-	-	1 538,40
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Perda por imparidade	-	-	-	-	-	-
	18 597,25	-	-	-	-	18 597,25
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas Computador	1 538,40	-	-	-	-	1 538,40
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	17 058,85	-	-	-	-	17 058,85
	18 597,25	-	-	-	-	18 597,25
31/12/2018						
	Saldo em 31/dez/17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31/dez/18
Bens do Dominio Público	-	-	-	-	-	-
Outros Activos Intangíveis						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de desenvolvimento	17 058,85	-	-	-	-	17 058,85
Programas Computador	1 538,40	-	-	-	-	1 538,40
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Perda por imparidade	-	-	-	-	-	-
	18 597,25	-	-	-	-	18 597,25
Depreciações Acumuladas						
Projectos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas Computador	1 538,40	-	-	-	-	1 538,40
Propriedade industrial	-	-	-	-	-	-
Outras activos intangíveis	13 647,08	3 411,77	-	-	-	17 058,85
	15 185,48	3 411,77	-	-	-	18 597,25

6. Outros ativos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros, valorizados ao respetivo justo valor, apresentavam-se como segue:

	31/dez/19	31/dez/18
Saldo (justo valor) em 1 de Janeiro	4 592,87	3 113,16
Aquisições no período	1 990,38	-
Alienações no período	-2 329,95	-
Aumento (diminuição) do justo valor	-	-
Transferências	-	-
Justo valor a 31 de Dezembro	<u>4 253,30</u>	<u>3 113,16</u>

Relativamente ao saldo desta rubrica, os valores são respeitantes ao Fundo de Compensação de Trabalho.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31/dez/19	31/dez/18
Mercadorias	14 117,68	17 955,23
Materias primas subsidiárias e de consumo	27 100,00	50 434,36
Produtos acabados	-	-
Obras em curso	-	-
	41 217,68	68 389,59
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	41 217,68	68 389,59

8. Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, a rubrica “Créditos a Receber” tinha a seguinte composição:

	31/dez/19		31/dez/18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes/Utentes				
Cientes/Utentes conta corrente	-	93 810,11	-	69 531,26
Cientes/Utentes conta títulos a receber	-	-	-	-
Cientes/Utentes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	93 810,11	-	69 531,26
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	93 810,11	-	69 531,26
Adiantamento Fornecedores	-	-	-	36 306,47
Outras contas a receber				
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores c/c	-	25 656,32	-	16 556,21
Fornecedores Investimento	-	7 968,92	-	7 968,92
Outros	-	37 049,53	-	33 478,23
	-	70 674,77	-	58 003,36
Total Créditos a Receber	-	164 484,88	-	163 841,09

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de utentes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31/dez/19
Saldo a 1 de Janeiro	39 440,00
Aumento	9 720,00
Reversão	-
Regularizações	-
	49 160,00

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31/dez/19	31/dez/18
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	23 203,93	32 680,40
Outros impostos e taxas	-	-
	23 203,93	32 680,40
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1 744,39	1 264,70
Segurança Social	14 579,52	12 913,65
Outros impostos e taxas	645,10	482,29
	16 969,01	14 660,64

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31/dez/19	31/dez/18
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	-	-
Seguros pagos antecipadamente	3 173,76	3 639,18
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	-	-
	3 173,76	3 639,18
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	-	-

11. Outros ativos correntes

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, esta rubrica incluía investimentos nas seguintes entidades:

	31/dez/19		31/dez/18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Acções	-	730,08	-	826,20
Obrigações e títulos de participação	-	88 009,99	-	226 654,88
Aplicações Tesouraria	-	1 263 792,45	-	1 287 597,27
	-	-	-	-
	-	1 352 532,52	-	1 515 078,35
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	-	-	-

12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/19	31/dez/18
Caixa	3 000,00	3 000,00
Depósitos à ordem	64 823,51	37 898,99
Depósitos à prazo	127 239,36	127 118,81
(...)	-	-
Outras	-	-
	195 062,87	168 017,80

13. Outras reservas

No decorrer do ano esta rubrica manteve o seu saldo em 6.106.770,92€.

14. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em Abril de 2019, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados, que passou a apresentar o valor de 77.964,54€.

15. Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-19	31-dez-18
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	-	-
Doações	-	-
Outras	-60 978,03	-23 413,54
	-60 978,03	-23 413,54

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31/dez/19		31/dez/18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	-	345 134,04	334 680,54	117 601,08
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	105 010,28	-	54 452,31
Locações financeiras	-	42 873,61	13 689,12	45 514,62
(...)	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
	-	493 017,93	348 369,66	217 568,01

17. Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31/dez/19		31/dez/18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimo de gastos	-	75 964,18	-	71 879,56
Pessoal	-	10 320,55	-	4 053,17
Outras contas a pagar	-	151 976,17	-	187 413,25
	-	238 260,90	-	263 345,98

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31/dez/19	31/dez/18
Fornecedores conta corrente	99 469,08	164 349,75
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	99 469,08	164 349,75

	31/dez/19		31/dez/18	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	99 469,08	-	164 349,75	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores outros	-	-	-	-
	99 469,08	-	164 349,75	-

19. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2018 e de 2019 foram como segue:

	31/dez/19	31/dez/18
	Total	Total
Vendas de mercadorias	178 155,26	101 802,50
Prestação de serviços	923 599,51	885 048,06
	1 101 754,77	986 850,56

20. Subsídios à exploração

Em 2019, a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

Identificar Tipo subsídio	Identificação da Entidade	Demonstração Resultados		Balanço
		Exploração	Outros. Rend. e Ganhos	Diferimentos
Subsídio Exploração				
Estado e outros entes públicos		13 854,31	-	-
		13 854,31	-	-

21. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, é detalhado como segue:

	31/dez/19			31/dez/18		
	Matérias-primas e consumíveis	Mercadorias	Total	Matérias-primas e consumíveis	Mercadorias	Total
Custo de vendas	255 224,96	7 150,68	262 375,64	207 939,69	2 003,29	209 942,98

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, foi a seguinte:

	31/dez/19	31/dez/18
Subcontratos	-	238,50
Serviços especializados	112 034,38	76 126,46
Materiais	2 663,06	6 086,27
Energia e fluídos	134 031,92	127 215,79
Deslocações, estadas e transportes	99,99	416,97
Serviços diversos	107 169,64	98 148,35
Comunicação	8 778,57	8 490,51
Limpeza	38 828,23	37 387,94
Outros serviços	59 562,84	52 269,90
	355 998,99	308 232,34

23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, foi a seguinte:

	31/dez/19	31/dez/18
Remunerações dos órgãos sociais	19 158,00	17 551,00
Remunerações do pessoal	244 420,68	219 776,60
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	81 851,67	77 099,19
Seguros	4 257,66	3 266,63
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	138 726,73	124 232,38
	488 414,74	441 925,80

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, foram como segue:

	31/dez/19	31/dez/18
Rendimentos suplementares	1 034,48	1 986,97
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	878,92	7 557,80
Outros rendimentos e ganhos	84 209,08	57 115,92
	86 122,48	66 660,69

25. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, foram como segue:

	31/dez/19	31/dez/18
Impostos	7 042,58	4 799,69
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	1 500,00
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	10 055,25	11 412,40
	17 097,83	17 712,09

26. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31/dez/19			31/dez/18		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	121 747,21	-	121 747,21	152 757,48	-	152 757,48
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	121 747,21	-	121 747,21	152 757,48	-	152 757,48

27. Aumento /redução de justo valor

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2019, o detalhe desta rubrica era segue:

	31/dez/19			31/dez/18		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	7 430,91	-	7 430,91	5 652,86	-	5 652,86
Em investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Em propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Em ativos biológicos	5 650,00	-	5 650,00	4 810,00	-	4 810,00
	13 080,91	-	13 080,91	10 462,86	-	10 462,86

28. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e de 2019, tinham a seguinte composição:

	31/dez/19	31/dez/18
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3 202,52	3 357,41
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	3 202,52	3 357,41
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2 473,78	1 959,86
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	2 473,78	1 959,86
Resultados financeiros	728,74	1 397,55

Os juros e rendimentos similares obtidos são relativos a aplicações financeiras e depósitos bancários

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Casal Garcia Mogo, 31 de Julho de 2020

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Carla Fonseca

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João de Sousa
Fernando Mota Carneiro da Costa
[Assinatura]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da “**Fundação Maria da Conceição e Humberto Horta**”, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 6 993 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 6 145 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 40 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações no fundo patrimonial, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

.Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

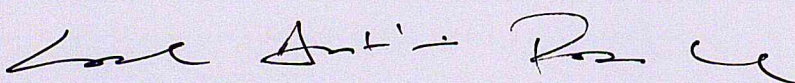
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Entroncamento, 31 de Julho de 2020



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda

Representada pelo Dr. Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645)

ACTA Nº 57

Aos trinta e um dias do mês de Julho do ano dois mil e dezanove, pelas dezasete horas, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação "MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA" nos seus escritórios sitos no Casal Garcia Mogo, estando presentes Dr Carlos António Rosa Lopes (Presidente), Alberto Barreiros (Vogal) e Américo Manuel Lopes dos Santos (Vogal), com a finalidade de proceder à emissão de parecer sobre as contas relativas ao exercício 2019.

O Senhor Presidente deu por aberta a sessão, começando pela apresentação dos documentos a ser objecto de análise.

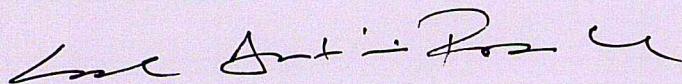
O Conselho analisou os elementos constantes dos documentos apresentados, e a evolução da actividade da Fundação, tendo deliberado emitir o seguinte parecer:

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação da Assembleia Geral dos " Amigos da Fundação" Maria da Conceição e Humberto Horta o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.
2. Acompanhámos a actividade da Fundação, tendo recebido da Administração todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. As demonstrações financeiras foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que, em consequência, emitiu a Certificação Legal das Contas, documento este que, por merecer a nossa concordância, é assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que seja aprovada a aplicação dos resultados do exercício findo em 2019.12.31. proposta no relatório de gestão
5. Finalmente o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração toda a colaboração prestada no exercício das suas funções

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão e lavrou-se a presente acta que vai ser assinada por todos os membros presentes nesta reunião.

O CONSELHO FISCAL



Dr Carlos António Rosa Lopes (R.O.C.) - Presidente



Alberto Barreiros - Vogal



Américo Manuel Lopes dos Santos – Vogal